



OBSERVATÓRIO
BRASIL E O SUL

Perspectivas
do território

Número 2
Maio 2015

Apoio



OXFAM



Créditos: Marco Arnez

O Perspectivas do Território é um informativo do Observatório Brasil e o Sul que pretende contribuir com informações e análises sobre o engajamento internacional brasileiro a partir de uma perspectiva territorial, buscando abarcar as diversas dimensões da presença brasileira no Sul Global.

Boa vizinhança? Relações Brasil-Bolívia e os desafios de uma parceria assimétrica

Por Laura Waisbich e Melissa Pomeroy

As relações bilaterais no início do século XXI: afinidades e atritos

As relações entre Brasil e Bolívia são bastante antigas, constitutivas de um Estado e de outro, tal como ocorre em países fronteiriços. A fronteira comum, delimitada e pacificada no século XIX, é de fato o primeiro traço fundante deste relação bilateral¹. A maior fronteira terrestre brasileira compreende hoje mais de 3.400 km ao longo dos estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com os departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Beni e Pando do lado boliviano. As fronteiras são também o marco para importantes fluxos humanos e migratórios de ambos os lados,

além de incentivar iniciativas conjuntas no campo da segurança pública, do controle do tráfico de entorpecentes e da gestão dos recursos ambientais amazônicos.

Somam-se à palheta de relações outras modalidades de intercâmbios políticos, sociais, culturais e econômicos, marcados pelas trocas comerciais, com ênfase nos recursos energéticos, pelo adensamento das relações políticas impulsionado pelo processo de integração regional e pelo aumento da cooperação

¹ O primeiro acordo bilateral entre os dois países é assinado em 1867. Hoje há mais de 180 acordos vigentes, sendo que 50 deles entraram em vigência a partir de 2002, durante os sucessivos mandatos do Partido dos Trabalhadores (Fonte: SIC Sistema Atos Internacionais do MRE). Sobre as negociações com a Bolívia que culminaram na incorporação do Acre ao Brasil, ver Cerro e Bueno (2002) e para o papel do Brasil na Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, ver Bandeira (1998).



técnica horizontal em setores tais como saúde, educação, agricultura e defesa².

Ainda que a parceria energética tenha sido discutida por primeira vez na década de 50 e o gasoduto Bolívia-Brasil entrado em funcionamento em 1999 (MRE, 2015), é a chegada de Evo Morales do partido Movimiento al Socialismo (MAS) ao poder, em 2006, que impulsiona uma série de mudanças político-sociais no país e dá força à cooperação Sul-Sul, sobretudo latino-americana. A intensificação desses laços na região se dá em um marco misto de apoio político e técnico ao primeiro líder indigenista da Bolívia. O momento Evo é concomitante com uma onda de governos de esquerda e centro-esquerda em outros países da região, incluindo o Partido dos Trabalhadores no Brasil (Lima, 2013). Uma Bolívia mais nacionalista³ e aberta à região coincide com a estratégia da Política Externa Brasileira (PEB) de fortalecimento da presença regional do Brasil, abrindo caminhos para o adensamento das relações em suas múltiplas dimensões e para a ruptura com a tradicional postura brasileira, em relação à Bolívia, de “distância política, desinteresse econômico e não-intervenção” (Hirst, 2012).

São muitas as ações que ilustram este câmbio. Em 2004, o Brasil sob comando de Luiz Inácio Lula da Silva perdoou a dívida boliviana, um total de USD 53 milhões, e abriu uma linha de crédito junto ao BNDES - no marco do chamado Acordo-Quadro BNDES para a Bolívia⁴ - viabilizando a realização de projetos regionais de infraestrutura (BNDES, 2004; MRE, 2015).

Paralelamente, o Brasil passa a investir no fortalecimento da democracia boliviana, não apenas ao apoiar politicamente a chegada ao poder de setores sociais antes marginalizados,

mas também - contrariando o princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados - ao participar ativamente, via instituições regionais multilaterais e bilateralmente, de esforços de mediação de crises políticas no país vizinho em 2003 e em 2008⁵. Não haveria como ser diferente, não apenas pela sinergia político partidária entre o PT e o MAS, mas também pela crença - cada vez mais compartilhada pelos estrategistas nacionais - de que a prosperidade e estabilidade regionais são pilares para o desenvolvimento brasileiro. Trata-se portanto de uma mediação pragmática que aliou aspectos de solidariedade entre partidos no poder e proteção dos interesses econômicos do Brasil na Bolívia, sobretudo no setor energético.

Entretanto, apesar das aparentes sinergias, as relações políticas com o vizinho na última década não transcorreram sem atritos diplomáticos. Embates ocorreram quando interesses materiais brasileiros conflitaram com o modelo de gestão de recursos naturais estabelecido na Bolívia de Evo⁶, evidenciando assim os “limites da camaradagem política” (Hirst, 2013)⁷. As tensões, sobretudo após a nacionalização dos hidrocarbonetos e a expropriação dos ativos da estatal brasileira Petrobras em 2006, trouxeram consigo desafios de ordem diplomática e política ao governo brasileiro, tendo que mediar demandas do vizinho e dos setores nacionais, além de deliberar entre os - nem sempre conciliáveis - requisitos da integração regional e da proteção dos investimentos brasileiros no exterior. Por um lado, por conta das atividades de suas empresas, o Brasil passa a ser percebido como imperialista⁸ por seu vizinho. Por outro, o governo brasileiro sofre internamente com a pressão do setor privado e da oposição, sobretudo no Congresso, para endurecer sua posição.

² Um extenso panorama das relações entre os dois países foi sistematizada recentemente por Monica Hirst em estudo publicado pelo IPEA em 2013 (ver seção de referências). Nesta publicação buscamos atualizar os pontos levantados pela autora, bem como explorar outras dimensões - sobretudo no nível societário e da cooperação não-governamental - até então menos abordadas na literatura existente.

³ Sobre o caráter nacionalista dos governos de Evo Morales, ver Molina, 2006 e Gil, 2008

⁴ Segundo o Banco, o acordo estruturaria operações de financiamento, totalizando no máximo USD 600 milhões em 2 anos, para a aquisição de bens e serviços brasileiros pela Bolívia, no âmbito de projetos de integração regional. A parceria previa que o BNDES e o governo boliviano identificassem projetos de integração e infraestrutura a serem executados pela Bolívia, viabilizando a aquisição de bens e de serviços oferecidos por empresas brasileiras (BNDES, 2004).

⁵ Ver Hirst (2012) e Hirst (2013).

⁶ Para uma análise, feita pelo Diplomata, Ministro de Primeira Classe, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de Camargo e publicada pela FUNAG, acerca do novo modelo de gestão de recursos naturais na Bolívia ver Camargo (2006).

⁷ Segundo Hirst (2013), “no Brasil, desde 1995, a importação do gás boliviano tem adquirido valor estratégico para a meta de diversificação da matriz energética, prevendo-se que a participação no total de fontes utilizadas passaria de 7,7%, em 2005, para 12%, em 2010”. Como medida para solucionar sete anos de divergências, em setembro de 2014 a Petrobras pagou à estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) um montante de US\$ 434 milhões, referentes à cobrança retroativa da Bolívia por componentes nobres misturados ao gás fornecido entre 2008 e 2013. O acordo havia sido firmado feito entre Lula e Morales em 2007, mas na época havia encontrado resistências dentro da Petrobras (Maisonave e Landim, 2014). Tal acordo aproxima o caso com a Bolívia do tipo de solução encontrada com o Paraguai acerca de Itaipú, revelando as complexidades das negociações energéticas entre o Brasil e seus vizinhos de menor porte e a vontade do Brasil de arcar cada vez mais com os custos da integração regional. O caso ainda não está encerrado no Brasil, dado que em outubro o Tribunal de Contas da União decidiu abrir investigação acerca do pagamento feito (Amato, 2014).

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre percepções dos vizinhos latino-americanos ver: Leite et al (2014), Lima (2013), REBRIP (2010), Garcia (2011) e Beghin (2012). Ver também matéria da BBC que traz uma entrevista com o sociólogo Eduardo Lohnhoff a este respeito (Schreiber, 2015a).

A nacionalização do gás boliviano elevou seus preços e afetou a Petrobras gerando críticas, sobretudo da oposição, mas também de alguns veículos da mídia, sobre o que chamaram de “passividade brasileira”⁹. Tampouco há consenso entre pesquisadores, para alguns a solução governamental de superar assimetrias e empoderar os governos da região foi conciliadora (Lima, 2013), para outros foi ambígua (Fuser, 2013)¹⁰. Apesar das críticas à chamada leniência do governo brasileiro, há quem avalie o processo de maneira distinta. Desde uma perspectiva boliviana, a iniciativa de “nacionalização” promovida por Evo acabou, de fato, por retirar os concorrentes internacionais da Petrobras do jogo e deixou a estatal brasileira como um quase monopólio das explorações no país vizinho.

Tensões e ambiguidades também existem do lado boliviano. No fim de 2014, Morales foi eleito para um terceiro mandato, governando um país que tem crescido economicamente e cujos índices de pobreza têm caído significativamente¹¹. Parte deste crescimento tem sido alcançado por meio de investimento estrangeiro em setores estratégicos da economia boliviana (sobretudo na exploração de recursos naturais). Tal opção tem dado frutos, mas não é livre de contradições. Para o ex-Presidente boliviano Carlos Mesa Gisbert, a aposta neste modelo convive com frequentes discursos do atual mandatário contra a exploração das grandes empresas estrangeiras (Gisbert, 2013 apud Baptista e Pigatto, 2014). Paralelamente, setores críticos da sociedade boliviana, tanto na sociedade civil, quanto na academia, também apontam para os limites do atual modelo de desenvolvimento, pautado na

exportação de commodities, no sentido de promover os câmbios estruturais necessários para elevar o nível de bem-estar no país.

Mais recentemente, outras tensões bilaterais – majoritariamente de natureza jurídico diplomática - ganharam significativa repercussão nacional no Brasil: a revista ao avião do então Chanceler Celso Amorim por Forças Armadas na Bolívia (2012), o caso dos torcedores brasileiros presos em Ururo (2013) e o asilo e vinda ao Brasil do Senador Roger Pinto Molina, opositor de Evo Morales (2013). Este último acaba por criar um imbróglio que teve por consequência final a troca de Chanceleres no Brasil e a não nomeação, até o momento de um novo Embaixador para a Bolívia¹². Há quem some a este quadro já frágil o desinteresse político da atual Presidente Dilma Rousseff em relação à Bolívia¹³ e o temor dos investidores nacionais quanto à insegurança jurídica no vizinho (Murakawa, 2014).

No entanto, estes casos, amplamente debatidos e mediatizados¹⁴, parecem apontar menos para uma crise profunda no relacionamento entre Brasil e Bolívia e mais para a falta de consenso interno, sobretudo entre a classe política brasileira, sobre qual deve ser o *modus operandis* da relação bilateral¹⁵. A escolha da Presidente Dilma de participar da posse de Evo Morales que ocorreu concomitantemente ao foro de Davos, em janeiro de 2015, aponta para uma possível retomada do aprofundamento das relações diplomáticas, inclusive com pronunciamentos que indicam que as crises bilaterais ficaram “no passado”¹⁶.

⁹ Discursos de partidos de oposição, como o PSDB e o PFL, podem ser vistos em: PSDB (2006), Para análises e opiniões na mídia ver, entre outros: editorial da Gazeta do Povo “Passividade com as estatizações” (Gazeta do Povo, 2012) e no jornal Estado de São Paulo o editorial “A capitulação do Planalto”(Estado de São Paulo, 2006).

¹⁰ Importante lembrar também que a matriz energética majoritariamente hidrelétrica do Brasil (Milani et al, 2014) e a recente descoberta do Pré-Sal são fatores a serem considerados ao analisar a real dependência que o Brasil tem do gás boliviano. O Brasil é, por sua vez, um dos principais parceiros comerciais da Bolívia, cuja pauta de exportação ao país se configura quase que exclusivamente de gás.

¹¹ De acordo com previsão do Banco Mundial, o PIB boliviano crescerá em 2014 5,3% e em 2015, 4,3%. (Banco Mundial, 2014). Sobre redução nos índices de pobreza ver Vierecke e Peter (2014).

¹² Brasil está sem embaixador na Bolívia desde 29 de agosto de 2013. Novo Embaixador foi indicado pelo MRE, mas CRE do Senado se recusa a Sabatinar e cancelar o nome até que se esclareça o caso do Senador Roger Pinto. Ver: Murakawa (2014), e Senado Federal (2014).

¹³ A primeira viagem de Dilma à Bolívia seu deu apenas em janeiro de 2015, já no segundo mandato da Presidente, para a posse do terceiro mandato de Evo. Em comparação, o ex-presidente Lula da Silva visitou nove vezes a nação em seus dois mandatos entre 2003 e 2010 (Schreiber, 2015a).

¹⁴ Ver repercussões em Estado de São Paulo (2006), Pereira (2010), Estado de São Paulo (2011).

¹⁵ As divergências não se resumem a relação Brasil-Bolívia, se estendendo também a projetos distintos de integração regional e, portanto de relacionamento com os países vizinhos. Uma análise destas visões concorrentes, pode ser lida em Lima (2013). Especificamente sobre Bolívia, ver como ilustração o requerimento de Audiência Pública na CRE do Senado em 2013, convocada entre outros por Ricardo Ferrazo (PMDB), para discutir estado das relações bilaterais (Senado Federal, 2013a). Ver também, discurso no Senado, do líder do PSDB na Casa, Alvaro Dias, no contexto de debates sobre torcedores brasileiros presos na Bolívia, em 2013: “ (...) a Bolívia das refinarias invadidas pelos militares; a Bolívia dos carros roubados no Brasil e comercializados naquele país; a Bolívia de agricultores brasileiros, que lá trabalham perseguidos; a Bolívia do narcotráfico, que infelicita famílias no Brasil. E o Governo brasileiro se comportando com a passividade e a covardia que não se recomenda a qualquer governo de qualquer país” (Senado Federal, 2013b). Ver ainda artigo de opinião de um dos maiores críticos à atual política sul-americana do PT, Embaixador Rubens Barbosa (Barbosa 2014) e nota do PSDB (2013).

¹⁶ Segundo declarações da ministra da Comunicação da Bolívia, Amanda Davila (Schreiber, 2015a).

Diálogo multilateral no marco da integração regional

Outra importante área de relação entre o Brasil e Bolívia acontece no âmbito dos arranjos multilaterais. Ambos os países formam parte da Organização dos Estados Americanos (criada em 1948), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1959), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (1978), da Associação Latino-Americana de Integração (1980), da União de Nações Sul-Americanas - Unasul (2008) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (2011). Ainda a Bolívia está em processo de adesão como membro do Mercado Comum do Sul - Mercosul (1991).

Para o Brasil, a opção de inserção na globalização econômica via integração regional está consagrada na Constituição Federal de 1988 e balizou a PEB e diplomacia presidencial nos últimos 20 anos, como pressuposto para autonomia nacional e da região no

sistema internacional¹⁷. Entretanto, é a partir dos anos 2000, com a ascensão dos governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, que o regionalismo sul-americano começa a ganhar contornos que vão além dos modelos tradicionais de integração via liberalização dos mercados. Caracterizado por alguns autores como pós liberal (Veiga e Rios, 2007), o atual regionalismo sul-americano enfatiza a dimensão política e questões sociais, erradicação da pobreza, fortalecimento da democracia, enfrentamento da assimetria estrutural entre os países do subcontinente e papel do Estado na coordenação econômica (Sanahuja, 2010 apud Lima, 2013). Entretanto, ainda não parece estar claramente definido, na prática, o papel de acordos regionais que, para além da liberalização comercial, promovam um modelo regional sul-americano de integração produtiva e inserção na economia global (Badin, 2015).

Unasul

A Unasul se configura como síntese do processo regional de integração sul-americana. Formada pelos 12 países da América do Sul, seu desenho institucional baseado em conselhos temáticos, permite a concertação setorial dos países e busca propiciar a cooperação regional¹⁸. Entre eles, destacam-se por seus avanços:

- . O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) foi criado em substituição à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁹. Seu Programa de Ação Estratégica prevê a construção de 31 projetos de infraestrutura na região até 2022 ao custo de US\$ 16 bilhões.
- . O Conselho de Defesa Sul-americano avança com a criação do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (Buenos Aires); o projeto de Escola de Defesa da Unasul, assim como o projeto de criação de um avião monomotor para as forças aéreas da região (Unasul I).
- . O Conselho de Saúde Sul-americano, por sua vez, consolidou iniciativas como o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Rio de Janeiro), a Rede dos Institutos Nacionais de Saúde e a Rede de Escolas Técnicas de Saúde da Unasul. (Vigevani, 2014).

Vale destacar que esse processo não é resultado exclusivo de consenso e sinergias. Por exemplo, por ocasião da constituição da Unasul, a definição das relações entre Mercosul e Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) não foi isenta de disputas quanto ao significado sobre o que deveria ser a convergência entre ambos blocos, principalmente no que se refere à liberalização e aos acordos comerciais. No final, as negociações apontaram para as linhas de menor resistência que enfatizam a possibilidade de

cooperação em busca do desenvolvimento econômico, superação de assimetrias e bem-estar da população, incluindo o investimento em infraestrutura para integração energética e produtiva²⁰. O Banco do Sul é outro exemplo de agenda não consensual, cujas negociações se estendem desde 2007 e ainda não há previsão de início de suas operações. Em debate, se encontram questões relacionadas à sua missão, seus objetivos específicos e questões operacionais, permeadas por distintas concepções sobre qual

¹⁷ Para uma discussão aprofundada sobre as transformações na significação do princípio de autonomia e sua relação com integração regional, ver Vigevani e Ramanzini (2014).

¹⁸ Hoje a Unasul conta com 12 conselhos que versam sobre: Defesa, Saúde, Eleições, Energia, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desenvolvimento Social, Economia e finanças, Educação, Infraestrutura e Planejamento, Drogas, Segurança Cidadã e Justiça.

¹⁹ Para uma breve análise sobre as diferenças nas abordagens da IIRSA e do COSIPLAN segundo a imprensa boliviana, ver IPEA (2012).

²⁰ Solón (2008), registra histórico das negociações sobre a relação CAN-Mercosul no artigo "Reflexiones a mano alzada sobre el Tratado de Unasur".

deve ser o papel do Banco na construção de esquemas alternativos de financiamento regional²¹. Finalmente se questiona, desde a sociedade civil dos diversos países, o modelo de desenvolvimento que o projeto de integração de infraestruturas promove, ao criar corredores de exportação de commodities e recursos naturais e gerar tensões no que diz respeito ao modo de vida de populações tradicionais e equilíbrio ambiental.

A liderança do Brasil no regionalismo sul-americano é decisiva e alguns dos desafios que se impõem dizem respeito à vontade

e capacidade do país de produzir bens coletivos, ao risco de ser visto como imperialista e ao frágil equilíbrio entre seus interesses na região e para acordos além dela, como “potência emergente”. Ainda, domesticamente, não há consenso sobre qual deve ser o formato da estrutura de governança regional e o papel do Brasil na mesma (Souza, 2009). Nesse cenário, as relações bilaterais não se desvinculam do papel do Brasil no capitalismo global. Assim, apesar das sinergias políticas, novas desigualdades são geradas no que diz respeito às pautas de exportação dos países sul-americanos e à reconfiguração da divisão de trabalho regional.

A imprensa e a integração regional no Brasil

Segundo levantamentos feitos pelo *Observatório da Política Externa na Imprensa*²², entre janeiro e agosto de 2014 e setembro e dezembro de 2014, a cobertura da imprensa de maior circulação (*Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*) foi predominantemente negativa à política externa brasileira no período (86,9% de posições contrárias em um universo de 170 menções no primeiro quadrimestre e 80,9% de artigos desfavoráveis dentre 174 menções no segundo quadrimestre).

Entre as preferências dos meios, mapeou-se uma tendência negativa frente ao Mercosul (74,2% do total publicado sobre o assunto no 1o quadrimestre e 57,9% no 2o), equilibrada ou favorável com relação a Unasul (49% de posições contrárias no 1o quadrimestre e 66,7% no seguinte) e positiva para com as relações entre Brasil e Estados Unidos (84,4% de posições favoráveis na primeira mostragem e 93,9% da segunda).

É possível encontrar em veículos de menor circulação, como a *Carta Capital*, um panorama editorial oposto, com tendência a um olhar mais positivo, ainda que sem perder a dimensão crítica e analítica, acerca do tema da integração regional.

Interdependência assimétrica: investimentos públicos e privados brasileiros na Bolívia

O traço que marca as dimensões econômica e comercial das relações bilaterais Brasil-Bolívia é o da interdependência assimétrica. Se por um lado a interdependência se explica pelos laços construídos ao longo dos séculos entre os vizinhos, a assimetria por sua vez está intimamente ligada às diferenças econômicas entre eles: de um lado o Brasil, a 7ª maior economia do mundo, de outro a Bolívia na 92ª posição, segundo dados do FMI de 2014.

Sendo a internacionalização de empresas um dos sinais mais visíveis do incremento das relações do Brasil com seu entorno

(Fuser, 2011), o caso da Bolívia não foi diferente, com uma expansão do investimento público e privado a partir dos anos 2000. Aqui a importância se dá menos em termos numéricos – de montante investido – e mais pelo perfil estratégico do investimento estrangeiro direto brasileiro (Baptista e Pigatto, 2014), envolvendo neste caso, a exploração de hidrocarbonetos e a estatal Petrobras²³, bem como as grandes empresas nacionais de construção civil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

²¹ Uma Nova Arquitetura Financeira Regional é discutida, no âmbito da Unasul, em torno de três pilares: Fundo Regional de Contingência, Banco de Desenvolvimento e unidade de conta regional. Para um panorama os debates que permeiam as truncadas negociações do Banco ver Carcanholo (2011).

²² Projeto do Grupo de Pesquisa Imprensa, Opinião Pública e Política Externa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Mais informações em <http://beta.cebrap.org.br/v3/index.php?r=observatorio>. Acesso em Abril de 2015

²³ Iniciou suas operações de 1996, com a criação da Petrobras Bolívia SA. Entre 1994 e 2005, Petrobras respondeu por 20% dos investimentos estrangeiros na Bolívia e 40% no setor de petróleo e gás (Baptista e Pigatto, 2014).

Setor energético e relações comerciais

Em 2010, o gás natural perfazia aproximadamente 9% da matriz energética brasileira. No mesmo ano, 83% das vendas externas da petrolífera boliviana foram ao Brasil²⁴. Vale ressaltar que o gás natural ocupa 97,3% do total das exportações de bens primários, que por sua vez representam 99,6% da pauta exportadora da Bolívia ao Brasil (MRE, 2014; APEX, 2014).

Ator central neste jogo é a estatal brasileira Petrobras, presente na Bolívia desde 1996, criando a Petrobras Bolívia S.A. Desde então estima-se que já foram investidos no país cerca de US\$ 1,5 bilhão (Baptista e Pigatto, 2014) em atividades que – para além da exploração, produção e comercialização do gás natural – incluem sistema de transporte por dutos, unidades de processamento de gás natural, refino, unidade de lubrificantes e distribuição de derivados. O contrato da estatal na Bolívia, assinado em 2000 para o suprimento de 21,8 milhões de m³ por dia de gás natural ao Brasil expira em 2019. O desejo de renegociar este contrato e

manter a oferta do gás boliviano ao Brasil após este prazo já foi sinalizado pela presidência da Petrobras (Gaier e Lorenzi, 2013).

A presença da estatal brasileira na Bolívia é ao mesmo tempo ativo estratégico e fonte de atritos ao Brasil. Parece cada vez mais evidente que os desgastes da imagem da estatal perante a opinião pública boliviana tem um potencial de afetar as relações entre os dois países. Entretanto, do ponto de vista boliviano não parece haver amálgama necessário e/ou imediato entre o governo brasileiro e a estatal petrolífera. Ao longo das últimas décadas houve vezes em que Morales responsabilizou Brasília por ações da Petrobras, bem como houve outras vezes em que oficiais bolivianos expressamente dissociaram ambas as entidades, alegando que sua crítica à Petrobras era uma crítica ao capital privado, que não compartilharia dos valores de amizade existente entre os dois governos (Murakawa, 2014).



²⁴ Em 2006, 60% do gás utilizado no Brasil havia sido suprido pela Bolívia.

Comércio Brasil – Bolívia

Dados do Departamento de Inteligência Comercial do Itamaraty para 2013 mostram a Bolívia como o 21º parceiro comercial brasileiro, com participação de 1,1% no total do comércio internacional nacional daquele ano (MRE, 2014).

Inversamente, em 2013, o Brasil foi o principal destino das exportações bolivianas, com 37,7% do total ou US\$ 3.938 milhões²⁵. Já no campo das importações bolivianas, o principal fornecedor em 2013 foi o Chile (com 22,7% do total), seguido do Brasil (20,5%), o que em 2013 significou US\$ 1.534 milhões importados do Brasil (MRE, 2014). Os bens importados pela Bolívia do Brasil são sobretudo produtos manufaturados (96,2% do total de 2013), com destaque para a venda de máquinas mecânicas (sobretudo para indústria e agricultura e pecuária²⁶) e automóveis. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a pauta exportada pelo Brasil tem variado e produtos de maior valor agregado e de maior intensidade tecnológica têm ganhado espaço (APEX, 2014).

Adicionalmente, ainda que o intercâmbio comercial tenha quase que dobrado entre 2009 e 2013, passando de US\$ 2,57 bilhões para US\$ 5,47 bilhões, o saldo da balança comercial foi favorável à Bolívia em todo o período (MRE, 2014).

Infraestrutura e integração



Créditos: Szymon Kochański

²⁵ Os países do continente absorveram 82,2% do total exportado em 2013. Seguiram o Brasil, Argentina (16,6%); Estados Unidos (12,4%); Colômbia (5,2%); e Venezuela (3,6%).

²⁶ Exportação de maquinário para mineração e construção civil são setores identificados pela APEX como incipientes, mas de grande potencial.

A infraestrutura é outro setor que tem recebido bastante atenção na Bolívia, em termos de investimento público por parte de La Paz, que conta com parcerias brasileiras de natureza pública e privada em diversas áreas, como rede viária, serviço postal, suporte para mineração e geração de energia hidroelétrica.

No marco de um projeto regional, cuja integração da infraestrutura sul-americana é um dos principais expoentes, o Brasil promoveu nos últimos anos algumas iniciativas - bilateralmente e multilateralmente²⁷ - em três eixos principais que envolvem território boliviano: (i) *o interoceânico central*, que visa aperfeiçoar a rede de transportes e acelerar a exportação de produtos agrícolas e minérios tanto pelo Oceano Pacífico, como pelo Oceano Atlântico, envolvendo Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru; (ii) *a interligação Peru-Brasil-Bolívia*, que busca facilitar a logística de transporte das regiões Sul do Peru, Acre e Rondônia no Brasil e Beni e Santa Cruz na Bolívia; e da (iii) *Hidrovia Paraguai-Paraná* que visa integração dos transportes fluviais, produção de energia hidrelétrica, utilização compartilhada das redes de distribuição de energia elétrica e envolve Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Exemplos de projetos que contaram com recursos oriundos de instituições brasileiras foram: a Rodovia Rurrenabaque-Riberalta (pavimentada pela Lume com dinheiro do BNDES e do Banco do Brasil/Proex), a Rodovia Tarija-Bermejo (no Eixo Andino da IIRSA, construída pela Queiroz Galvão com financiamento do Proex), o Projeto rodoviário Hacia el Norte - Rurrenabaque - El Chorro (também a cargo da Queiroz Galvão com apoio do BNDES) e a Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Moxos (obra da OAS com financiamento do BNDES, nunca finalizada)²⁸.

Considerado por alguns como “um fiasco político e diplomático”²⁹, o caso da rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Moxos - rota que visava ser um corredor interoceânico de escoamento rumo à Ásia

- é particularmente emblemático das tensões e desafios a serem considerados pela integração em infraestrutura. O contrato inicial, de 2008, entre La Paz e a construtora brasileira OAS havia sido avaliado em US\$ 415 milhões, dos quais 80% seriam financiados com créditos do BNDES³⁰. Em 2012, o projeto foi suspenso por Evo após denúncias de superfaturamento e, sobretudo, dada à resistência dos povos indígenas da região³¹. Alguns grupos locais protestavam contra o impacto socioambiental de parte da rodovia que atravessaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS) habitado por cerca de 13 mil indígenas. Críticas ao projeto também foram feitas por entidades brasileiras, capitaneadas pela Plataforma BNDES³². Ainda que o presidente boliviano quisesse manter o projeto³³ e que o Brasil tenha feito gestões diplomáticas para que isso ocorresse, o governo da Bolívia indenizou a construtora brasileira pela anulação do contrato em 2013³⁴. Apesar da anulação do contrato, a estrada ainda figura entre os projetos prioritários de integração no âmbito da Unasul.

Outro projeto que levantou questionamentos foi o da rescisão de contrato e ameaça de expulsão da construtora Queiroz Galvão, em 2007, por descumprir especificações em um projeto de construção de duas rodovias ao sul da Bolívia (acordado em 2003 com financiamento do Banco do Brasil) e não aceitar arcar com os custos do conserto uma vez que as mesmas passaram a apresentar fissuras e rachaduras. Na época, a tentativa de mediação do então Presidente Lula fracassou. No ano seguinte, o contrato foi assumido pela concorrente OAS³⁵. A Queiroz Galvão já tinha imagem desgastada na Bolívia, pois no início de 2007 um túnel recém-construído pela empresa em outra estrada havia desabado.

Finalmente, em maio de 2015, espera-se o início de diálogos acerca da construção de uma usina hidrelétrica binacional no lado boliviano do rio Madeira, para exportação de energia para o Brasil, com custo estimado em R\$ 15 bilhões, com provável financiamento do BNDES.³⁶

²⁷ Aqui os principais parceiros multilaterais no financiamento de obras de infraestrutura, no âmbito da IIRSA (hoje subordinada ao COSIPLAN), são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). No âmbito bilateral, o principal ator tem sido o próprio BNDES.

²⁸ Obras referenciadas em estudo de 2013 da organização peruana DAR - Derecho, Ambiente y Recursos Naturales. O estudo aponta ainda duas hidroelétricas atualmente em negociação: UHE Binacional Mamoré e UHE Cachuela Esperanza, a primeira a ser construída, de acordo com o estudo, pela Odebrecht e a segunda pela Eletrobras.

²⁹ Ver detalhada cobertura da obra em Fonseca e Mota (2013a).

³⁰ Segundo Fonseca e Mota (2013a) o contrato financiado pelo BNDES era de US\$ 332 milhões e a Bolívia arcaria com os US\$ 80 milhões complementares.

³¹ Um relato das diferentes formas de protesto realizadas por grupos indígenas para conter o avanço da rodovia no parque nacional pode ser visto em Korosi, 2013.

³² A Plataforma BNDES reúne, desde 2007, um conjunto de organizações e movimentos sociais com o objetivo de democratizar o BNDES. Ver carta da entidade pedindo a suspensão das obras em Plataforma BNDES (2011b).

³³ Para além do governo de La Paz, outros setores sociais apoiaram Evo para seguir adiante com o projeto, como grupos de produtores de coca na região. Ver relatório do Centro de Información de Bolívia - Cedib em Jiménez (2011).

³⁴ Ver cobertura em Israel (2013).

³⁵ Ver cobertura em Fonseca e Mota (2013b), Maisonnave e Landim (2008), Maisonnave (2007).

³⁶ É possível conjecturar que o governo brasileiro tenha reduzido o ritmo de incentivo de projetos via BNDES como consequência do caso TIPNIS, já que não se tem conhecimento sobre novas iniciativas na Bolívia desde então.

Ambos os casos são exemplos da associação de investimento público e privado brasileiros na Bolívia, atestando não apenas para o grau de interdependência de ambos os setores e da complexidade trazida por esta associação, mas também do impacto negativo de tensões geradas por estas grandes obras cofinanciadas não apenas nas relações bilaterais, mas também na política regional do Brasil (Hirst, 2013) e na imagem que o país passa a ter perante outros parceiros.

Adicionalmente, muito se discute, sobre o financiamento do BNDES, o banco público brasileiro de desenvolvimento, no exterior. Afora os conhecidos déficits de transparência³⁷, prestação de contas e políticas socioambientais do banco - tanto em projetos implementados no Brasil e ainda mais no exterior - é preciso clarificar que o financiamento dos projetos na Bolívia (bem como em outras localidades do continente) são condicionados à contratação pelo governo vizinho de empresas brasileiras para execução das obras. Ou seja, não há transferência direta de fundos ao governo boliviano. Os acordos bilaterais intergovernamentais são, portanto, formas alternativas pelas quais as empresas

brasileiras têm recebido apoio financeiro para comercializar seus bens e serviços e internacionalizar-se, nas modalidades já existentes na carteira do Banco: o BNDES Exim (Pré e Pós-Embarque), o BNDES Finem (linhas de apoio à internacionalização de empresas brasileira e de aquisição de bens de capital) e o BNDES Automático.

Como visto, os investimentos externos são componente importante da presença brasileira na Bolívia. O perfil do investimento brasileiro no vizinho é, contudo, bastante marcado pela presença do setor público (por meio das estatais) e de diferentes modalidades de parcerias públicas privadas, tais como: os grupos privados financiados por bancos públicos ou as empresas exportando ou se internacionalizando com importante auxílio e/ou subsídios públicos.



³⁷ Todos os contratos do BNDES no exterior são sigilosos. Segundo Fonseca e Mota (2013b), o Banco disponibiliza em sua página da internet apenas os dados referentes à modalidade Exim Pós-Embarque, em que financia bens e serviços para exportação. Os valores individualizados não são fornecidos em razão de sigilo assegurado por lei (art. 6º, I, do decreto 7.724/2012). Também não são divulgados critérios, valores acordados, nem datas e quantias dos desembolsos realizados. Sobre transparência no BNDES ver também Conectas (2014).

Agendas de convergência da Sociedade Civil por outro modelo de desenvolvimento

Organizações e movimentos da sociedade civil brasileira e boliviana têm convergido em pautas concretas de articulação que questionam os impactos, ambientais e no modo de vida de populações tradicionais, gerados pelas grandes infraestruturas de transporte e energéticas.

As organizações convergem em pautas domésticas comuns em diversos aspectos, como a crítica ao modelo de desenvolvimento baseado em projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais; demandas pela realização de consultas e consentimento prévio com base em critérios estabelecidos pelas legislações nacionais e internacionais, respeito aos direitos de terra adquiridos pelos povos tradicionais; denúncias de superfaturamento e de repressão aos movimentos de resistência e defesa de direitos. No caso específico de obras de infraestrutura, demanda-se também maior transparência e respeito às salvaguardas previstas na política socioambiental do BNDES, bem como a adoção de uma política de direitos humanos por parte da instituição (Conectas, 2014). Além de reforçar pautas domésticas, o intercâmbio promovido no âmbito dessas articulações tem como objetivo o fortalecimento de alternativas sustentáveis, social e ambientalmente, assim como a incidência política nos espaços de integração regional.

Articulações críticas aos investimentos em infraestrutura de integração e, mais especificamente, a estrada que corta o território TIPNIS são paradigmáticas dessa convergência. Durante o auge das mobilizações ocorridas na Bolívia em 2011, que incluíram protestos diante da embaixada brasileira em La Paz, diversos grupos da sociedade civil se mobilizaram e demandaram posições ao governo brasileiro, para demonstrar apoio às reivindicações dos movimentos bolivianos. Organizações da Plataforma BNDES e parceiras da América Latina, protocolaram no Banco uma carta ao presidente da instituição, Luciano Coutinho, exigindo a suspensão imediata do financiamento ao projeto, pois este viola marcos legais bolivianos e internacionais (Plataforma BNDES, 2011a). Ainda, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa –expressou ao então Ministro de Relações Exteriores Antônio Patriota preocupações relacionadas à posição brasileira frente aos protestos. Segundo carta enviada ao chanceler, “a preocupação pela garantia dos direitos fundamentais deveria ter pautado o posicionamento brasileiro diante da repressão contra manifestação pacífica de povos indígenas atingidos pela construção da estrada”³⁸.

Ainda, destacam-se as articulações em redes como a Coalizão Regional por Transparência e Participação, que trabalha com temas relacionados à participação cidadã regional no COSIPLAN, transparência e acesso a informação junto ao BNDES, salvaguardas socioambientais e investimentos de infraestrutura na Amazônia³⁹ e a Articulação Regional Amazônica que busca facilitar a troca sobre a construção de uma nova visão amazônica e novos modelos de desenvolvimento, através do monitoramento florestal e atividades econômicas sustentáveis⁴⁰.

Entretanto, a maior atenção dos movimentos sociais brasileiros à conjuntura doméstica - a partir das mobilizações de 2013 e principalmente em 2014, por conta do Mundial de Futebol e das eleições presidenciais – é percebida por parte dos parceiros da sociedade civil boliviana, que sentem um arrefecimento das articulações que buscam incidir politicamente nos temas em comum.

³⁸ Ver MRE (2011) e Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (2011).

³⁹ O Ibase é participante da Coalizão Regional pela Transparência e Participação, que congrega organizações da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Mais informações em <http://coalicionregional.net/>. Acesso Dezembro, 2014.

⁴⁰ Participam da *Articulación Regional Amazonica* organizações da Bolívia, Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. As seguintes organizações brasileiras são membros da rede: Instituto Socioambiental, Instituto Centro de Vida, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Fundo Amazônia e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Mais informações em: <https://araregional.wordpress.com/>. Acesso Dezembro, 2014.

Perfil da cooperação técnica horizontal

A Bolívia é um país fortemente inserido no sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento. A importância da ajuda externa para o desenvolvimento nacional é elemento reconhecido dentro e fora do país (ODI, 2010). Em 2006, foi criado o *Grupo de Sócios para o Desenvolvimento da Bolívia (Grus)*⁴¹, com 23 cooperantes atuando na Bolívia e do qual o Brasil é observador (junto com a Colômbia, Costa Rica e Reino Unido). A partir da chegada ao poder de Evo, a relação com parceiros externos tem sofrido alterações, almejando maior harmonização com as prioridades governamentais (Hirst, 2013; Vedia, 2011). Em 2013, o governo boliviano expulsou a agência americana de USAID, cessando suas atividades no país. Entre 1964 e maio de 2013, os Estados Unidos desembolsaram quase 2 bilhões de dólares na Bolívia (USAID, 2014). Segundo análise de Hirst (2013) a Bolívia enfrenta problemas de gestão da cooperação recebida, apresentando resultado díspares de acordo com as capacidades disponíveis e planejamento de cada setor.

*“O fosso entre a vontade política e os recursos institucionais representa um aspecto problemático na cotidianidade da relação entre doadores e/ou parceiros e suas contrapartes bolivianas”
(Hirst, 2013, p. 17-18).*

Enquanto o Brasil se configura como importante parceiro da cooperação na Bolívia, a Bolívia não consta entre os principais destinos da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento (CTPD) brasileira em termos de gastos. De acordo com Hirst (2013), “o Brasil oscila entre o segundo e o terceiro lugar, como parceiro da Bolívia em 2006, 2008, 2010 e 2012 – atrás de Argentina, Cuba e Venezuela. Em 2011, as parcerias brasileiras representaram 13,3% do total das ações da cooperação Sul-Sul latino-americana oferecida à Bolívia.” No caso da assistência humanitária brasileira, a Bolívia figurou como o 7º maior destino com 3,94% dessa modalidade para o período de 2005 a 2009 (aproximadamente R\$ 6 milhões).

Em 2010, gastos com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na Bolívia (somadas todas as modalidades) alcançaram um total de R\$ 4.4 milhões. No panorama regional, isto equivale a 2,3% do total destinado à cooperação bilateral entre países da América Latina e Caribe, ocupando a 9ª posição no ranking regional de países⁴². Só em CTPD, a Bolívia recebeu em 2010 R\$ 1.9 milhões, o que a deixou na 12ª posição na lista de países⁴³. Nesse ano, os três principais setores da CTPD na América Latina foram saúde (39,7%), educação (27,9%) e segurança e defesa (16,6%).⁴⁴

O relatório COBRADI (Brasil, 2010) aponta também que, das 2083 bolsas concedidas em 2010, 53 (2,5%) contemplaram a estudantes bolivianos no Brasil (35 para estudantes em graduação e 18 para a Pós-Graduação). Ainda na cooperação educacional, afirma que a Bolívia participou, ainda que minoritariamente do programa MARCA (Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados), executado desde 2006 com recursos do governo federal.

No entanto, tendo em conta as insuficiências da atual metodologia para contabilizar gastos com a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, é possível que o montante gasto em cooperação bilateral educacional seja maior, dado a existência de programas que operam no âmbito de fronteiras, como o Escola de Fronteiras, no âmbito do Mercosul⁴⁵, do qual a Bolívia é participante. Ainda, entre 2005-2010 a principal modalidade da cooperação brasileira foi a contribuição a organizações multilaterais, com especial destaque para o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – FOCEM (Leite et al, 2014), do qual a Bolívia é um dos principais beneficiários. Entretanto, a forma como as atividades realizadas no marco da integração regional se relacionam – sob a ótica da coerência de projetos e também sob a ótica contábil dos recursos empregados – com as demais atividades de cooperação horizontal segue um campo a ser melhor explorado e entendido. Segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), há atualmente sete projetos ativos na Bolívia (cinco no setor

⁴¹ Ver maiores informações sobre o Grus em: <http://www.grus.org.bo/>. Acesso Dezembro, 2014.

⁴² Naquele ano, o Haiti sozinho recebeu 47,4% do total gasto pelo Brasil. Em segundo lugar ficou o Chile com 16,3%. Ambos os países sofreram com terremotos no ano de 2010, o que explica o montante de recursos recebidos naquele ano e sua posição relativa em relação aos demais países da região.

⁴³ Para dados de 2005 a 2009, ver IPEA/ABC (2010) e para dados de 2010 ver IPEA/ABC (2013).

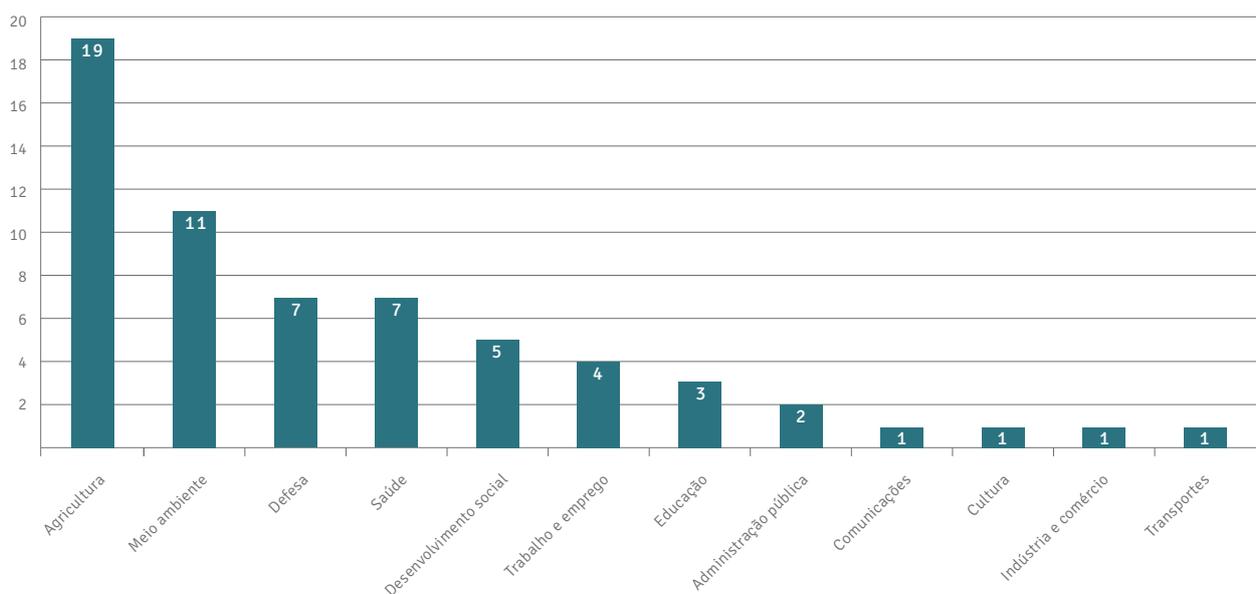
⁴⁴ Para maiores informações sobre a Cobradi na América Latina ver Souza (2014).

⁴⁵ Ver mais sobre o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) do Mercosul, entre cidades brasileiras fronteiriças e suas respectivas cidades-gêmeas nos países vizinhos em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/escolas-de-fronteira>. As duas escolas de fronteiras entre Brasil e Bolívia ficam em Corumbá-Puerto Suarez e em Guajará Mirim- Guayaramerim.

da agricultura e dois em meio-ambiente). De 2001 até 2014, a ABC lista ainda 55 projetos concluídos com a Bolívia, três dos quais foram feitos de maneira triangular (um com Japão, outro com o Canadá e um terceiro com a Organização Internacional do Trabalho).

Para além dos números, um olhar mais atento aos setores revela dinâmicas interessantes ocorrendo no território. Em âmbito bilateral, destacam-se iniciativas de cooperação sul-sul entre Brasil e Bolívia nos campos da agricultura, meio ambiente e saúde (ABC, 2014; Hirst, 2013; Leite et al, 2014).

Gráfico 1. Iniciativas da Agência Brasileira de Cooperação na Bolívia, por setor desde 2001⁴⁶

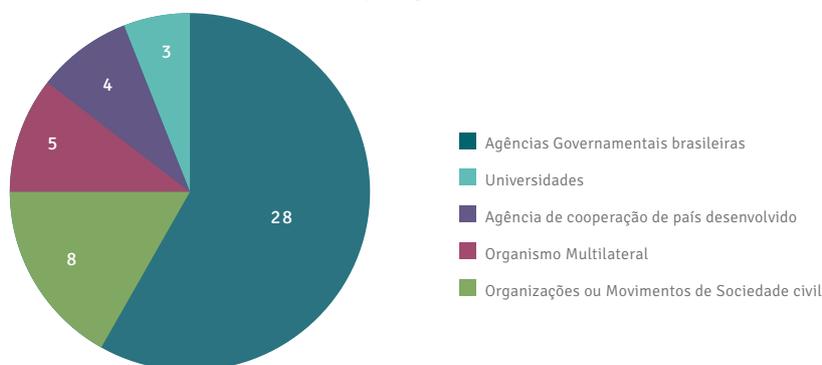


Fonte: Elaboração própria com dados da ABC (Acesso em dezembro, 2014)

Em relação aos atores governamentais e não governamentais brasileiros atuando como cooperantes, em projetos oficiais de CTPD brasileira, coordenados pela ABC percebe-se a preponderância de agências governamentais e organizações da sociedade civil,

tais como a Pastoral da Criança do Brasil, a Universidade Gama Filho, a Universidade Federal de Viçosa, o Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais, o Instituto Elos e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros.

Gráfico 2. Atores atuantes da cooperação técnica brasileira na Bolívia



Fonte: Elaboração própria com dados da ABC (Acesso em dezembro, 2014)

⁴⁶ Mais detalhes sobre a natureza das iniciativas no Anexo 1.

Um olhar por setores

Agricultura

As iniciativas de cooperação sul-sul em agricultura, não só engajam tradicionais atores, como a ABC, a Embrapa, o IBAMA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), mas também dialogam com questões tradicionalmente conflituosas que estiveram na raiz política de recentes tensões políticas internas à Bolívia. Além da alta concentração fundiária, raiz de conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais, há também modelos de cultivo distintos e por vezes conflitantes: como o agronegócio e o cultivo comunitário de povos tradicionais.

A presença brasileira, por sua vez, complexifica o cenário. Em Santa Cruz de la Sierra existem parcerias entre produtores fronteiriços (sobretudo de soja) – em uma espécie de “fronteira associada” à expansão da produção agroexportadora do Mato Grosso. Parte não negligenciável destes produtores são em realidade proprietários brasileiros que detêm terras na Bolívia. Segundo Hirst (2013), 55% da soja boliviana é produzida por grandes proprietários estrangeiros, sendo que 40% deles são brasileiros. A questão da insegurança jurídica e do tratamento dispensado a estes proprietários – que muitas vezes têm suas terras confiscadas – tem sido objeto de tratativas diplomáticas frequentes entre os dois países. Sendo esta região responsável pela maioria das terras aráveis disponíveis na Bolívia, a concentração fundiária nesta região do país, por sua vez, relega ao altiplano, aonde vivem as comunidades indígenas tradicionais e os pequenos proprietários,

poucas possibilidades socioeconômicas de acesso e uso da terra (Urioste, 2011). Soma-se a este cenário a dimensão étnica, que contribui para uma tensão ainda maior entre os modelos produtivos e conflitos sobre a propriedade da terra.

Neste sentido, ainda que hajam alguns projetos de cooperação intergovernamental no âmbito do fortalecimento da agricultura familiar e de programas de seguridade social (como o cadastro rural), iniciativas brasileiras no Altiplano ainda são pontuais (como a possibilidade de parceria da Embrapa para a produção da Quinoa, por exemplo). Há portanto, espaço, no futuro, para uma atuação governamental brasileira diversificada que possa também fortalecer estas modalidades alternativas de uso da terra, reduzindo as assimetrias regionais e as tensões ligadas à terra na Bolívia.

Para isso, ambos os governos podem inclusive fazer uso das experiências de cooperação horizontal, como a experiência existente no âmbito da Reunião Especializada no âmbito da Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) ou articular iniciativas com movimentos sociais de camponeses e indígenas de ambos os países (no caso brasileiro capitaneado pela Via Campesina). Estes têm de fato interagido com mais frequência nas zonas do Altiplano e podem trazer aprendizados importantes para o Brasil e sua cooperação em agricultura em regiões dominadas por populações camponesas tradicionais.



Segurança Pública e Combate ao tráfico de entorpecentes

Outro setor primordial da cooperação bilateral entre Brasil e Bolívia se dá em temas de segurança pública e combate ao tráfico de entorpecentes⁴⁷ em áreas de fronteiras. Este é um tema que tem crescido na pauta bilateral, sobretudo em um contexto de retirada da *Drug Enforcement Agency* norte-americana da Bolívia e de diminuição da cooperação da União Europeia (Hirst, 2013). Do lado brasileiro, estão envolvidas nestas atividades atores como a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, as Forças Armadas e o Itamaraty em programas como a Comissão Mista de Enfrentamento ao Narcotráfico e as atividades de combate à lavagem de dinheiro no âmbito da Unasul, entre outros (Hirst, 2013). Em 2012, o Brasil doou quatro helicópteros de combate à Bolívia no intuito

de fortalecer a vigilância de plantações de coca e o combate ao tráfico nas fronteiras (Defesanet, 2012), em transação aprovada quatro anos antes entre Morales e Lula⁴⁸.

Dada a interdependência assimétrica entre os dois países e os múltiplos desafios institucionais que existem no âmbito do combate ao tráfico de drogas nos dois lados da fronteira⁴⁹, permanece o desafio de criar um diálogo efetivo e horizontal entre os parceiros, garantindo soluções coletivas a problemas compartilhados e evitando trocar a dependência boliviana dos EUA por uma outra dependência, desta vez do grande irmão sul-americano: o Brasil.

Conservação Ambiental

A cooperação bilateral apresenta também vasta gama de projetos de proteção e conservação ambiental. Encontram-se em primeiro plano as ações de cooperação horizontal em áreas naturais compartilhadas - com foco na vasta área amazônica comum entre ambos países - que inclui projetos como o “Amazônia sem Fogo” (de 2008), que desde 2012 se tornou um projeto trilateral que envolve também a Itália⁵⁰.

No caso da questão ambiental, entra em jogo também desafios de cunho menos gerencial-administrativo e mais político, como as diferentes concepções entre atores brasileiros e bolivianos sobre conservação⁵¹ e, mais recentemente, a gestão e mitigação dos impactos socioambientais das grandes obras de infraestrutura financiadas e/ou executadas pelo Brasil e por empresas brasileiras.

⁴⁷ Segundo estimativas da Polícia Federal, a Bolívia é fonte de aproximadamente 55% da cocaína consumida hoje no Brasil (Folha de São Paulo, 2012; Defesanet, 2012).

⁴⁸ Ver cobertura em Terra (2012).

⁴⁹ As fragilidades em ambos os lados são reconhecidas e isso levou, segundo Hirst, aos dois países - Brasil e Bolívia - a firmarem um acordo tripartite com os EUA de assistência para erradicação de excedentes de cultivo de coca em território boliviano. Uma iniciativa triangular, no setor da inteligência.

⁵⁰ Outros projetos são feitos em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, criada em 1998, a partir da assinatura (em 1978) - por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - de tratado de mesmo nome. O Brasil coopera com cerca de 3,5% do orçamento anual de cerca de US\$ 1,15 milhões da OTCA (cerca de US\$40 mil). Ver Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (sd).

⁵¹ Um elemento comumente citado para exemplificar as diferenças nas concepções se refere ao conceito de Pachamama das comunidades tradicionais bolivianas, que seria mais abrangente do que o conceito de desenvolvimento sustentável na base de alguns projetos de cooperação técnica ofertados pelo Brasil.

Brasileiros na Bolívia, Bolivianos no Brasil

Dado as fronteiras comuns, não surpreende que o fluxo migratório entre ambos os países seja uma dimensão importante das relações bilaterais. Não obstante, a tradicional migração de fronteira⁵² no eixo Santa Cruz/Bolívia-Corumbá/Brasil ou em Guajará-Mirim (RO), tem dado lugar a outras dinâmicas migratórias, com a vinda crescente de bolivianos rumo às metrópoles do Brasil.

Ainda que os números sejam bastante imprecisos, em 2000, o censo indicava que a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) era o lugar de residência de 44% dos 10.222 imigrantes bolivianos (Rizek e Georges, 2010) do Estado de São Paulo. Na época, a Polícia Federal contabilizava 18.408 bolivianos no Estado, enquanto o Centro de Estudos Migratórios (CEM), considerava que haviam de 60 mil a 80 mil só na cidade de São Paulo, dos quais 25% em situação ilegal (Calixto et al, 2012), Já o censo de 2010, contabilizou 27.754 bolivianos no estado e na capital paulista. Para o consulado da Bolívia, no entanto, o número de bolivianos na capital seria bem maior; aproximadamente 350 mil (Estado de São Paulo, 2013). Apenas como ilustração, nas eleições presidenciais da Bolívia de 2014, 35,7 mil bolivianos se cadastraram para votar em distritos eleitorais na Região Metropolitana de São Paulo (Pasqualino, 2014).

São Paulo, conhecida por acolher sucessivos grupos de migrantes, já tem nos bolivianos o grupo mais significativo desta nova onda migratória. Concentrados sobretudo na região central da cidade, os bolivianos chegam a partir da década de 50 (sobretudo na figura de jovens estudantes) e se tornam mais numerosos a partir de 1980 (Silva, 2005). O boom ocorre a partir da década de 1990, com uma mudança no perfil dos migrantes: trabalhadores que se

destinam principalmente, ainda que não exclusivamente, ao setor têxtil (Silva 2006).

Economicamente importante na indústria da confecção na cidade, a mão-de-obra boliviana suscita desafios complexos como as problemáticas do tráfico de pessoas e do trabalho escravo contemporâneo (Illes et al, 2008; Repórter Brasil, 2012), amplamente documentadas por entidades atuando na temática⁵³ e frequentemente objeto da atenção tanto da academia quanto da mídia⁵⁴. Soma-se a estas questões, outros desafios ligados ao novo papel do Brasil como destino migratório e a falta de legislação e políticas adequadas a este novo cenário⁵⁵, tais como garantir o acesso a serviços públicos, sobretudo de saúde a imigrantes, levando em consideração tanto as barreiras linguísticas como a falta de documentação de alguns dos migrantes (Madi et al, 2009).

Dado as proporções da presença boliviana em São Paulo e a precariedade na qual alguns destes migrantes se encontram, há inovações nas políticas públicas de âmbito local, como a parceria entre a Prefeitura de São Paulo e a Caixa Econômica Federal para a bancarização de migrantes e as novas estratégias de combate ao trabalho escravo, como o “Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções”⁵⁶. Ainda, vale destacar o trabalho de diversas organizações da sociedade civil que trabalham em defesa dos direitos dos migrantes como o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, a Caritas e a Repórter Brasil, com suas ações contra o trabalho escravo.

Ainda assim e embora hajam inúmeros desafios a serem superados, a importância econômica das remessas enviadas a Bolívia por imigrantes residentes no Brasil tem crescido a cada ano. Segundo dados do Banco Central boliviano, divulgados pelo jornal Folha de São Paulo, dentre o total de remessas que chegaram à Bolívia, em 2013, 4,5% eram provenientes do Brasil, enquanto que em 2014 este número cresceu para 7,6% (Fagundes e Fagundez, 2015).

⁵² Sobre migração de fronteira ver Sochaud e Baeninger (2008).

⁵³ A organização Repórter Brasil, atuante entre outros na temática do combate ao trabalho escravo, documentou muitos dos flagrantes de abusos contra trabalhadores de origem boliviana na cidade de São Paulo., envolvendo inclusive grandes marcas nacionais e internacionais, como Bo.Bô, Le Lis Blanc, Marisa, Pernambucanas, Renner, Zara, entre outras. Ver Repórter Brasil, 2012. Sobre o tráfico de pessoas ver trabalho do Centro de Apoio ao Migrante –CAMI (Illes et al, 2008). Ver ainda o premiado documentário de Lúcio De Castro, “Escravos do Século XXI” (De Castro, 2011).

⁵⁴ Para a mídia, ver, por exemplo, De Castro (2013); Giraldi (2013). Ver também os trabalhos de Silva (2005); Kempfer e Martins (2013).

⁵⁵ Ver Ventura e Reis (2014). Uma breve análise dos atuais gargalos na questão migratória no Brasil, a partir do caso dos haitianos, pode ser vista em Waisbich e Pomeroy (2014).

⁵⁶ Sobre a bancarização ver Caixa Federal, 2014. Segundo a entidade CDHIC de defesa dos migrantes, sobre flexibilizar regras para acesso à serviços bancários, “este convênio é considerado um marco para a integração social e econômica dos imigrantes procedentes do Mercosul e Associados” (CDHIC, 2013). Sobre o Pacto, ver Repórter Brasil (2010).

Se, felizmente, a migração boliviana no Brasil é um tema de cada vez mais interesse da sociedade brasileira (mídia, academia e sociedade civil incluso), o revés da moeda – os brasileiros na Bolívia – é um assunto menos conhecido e explorado.

Dois são os grupos de brasileiros que se destacam na paisagem do vizinho. O primeiro, são os estudantes brasileiros de medicina - aproximadamente 25 mil, segundo o jornal Folha de São Paulo (Maisonave, 2013) - que, atraídos pelo baixo custo da matrícula e a inexistência de vestibular de ingresso, completam seus estudos na Bolívia, sobretudo no departamento de Santa Cruz de la Sierra. Neste mesmo Departamento e em outras faixas fronteiriças em Beni e Pando, encontram-se também os aproximadamente 30 mil produtores rurais, cuja situação controversa nas fronteiras os torna alvo da atenção de distintos atores. Objeto de recorrentes tentativas de expulsão por parte do governo de La Paz no passado recente⁵⁷, os brasileiros detentores de terra na Bolívia fazem parte da pauta diplomática entre os dois países. Uma vez transformado

em contencioso bilateral, a questão ganhou também alguma aliância na mídia.

De forma mais global, a expansão do latifúndio nas áreas fronteiriças é compreendido de forma distinta pelas diferentes forças políticas nacionais no Brasil. De um lado, tornou-se mais uma bandeira de setores da elite política brasileira, especialmente de partidos hoje na oposição, para criticar a chamada “passividade” do atual governo em relação ao governo de La Paz, segundo eles em detrimento dos interesses nacionais brasileiros na Bolívia⁵⁸. No espectro oposto, tornou-se símbolo da oposição de movimentos sociais rurais que buscam denunciar conflitos agrários, cada vez mais globalizados.

Este duplo panorama - dos brasileiros na Bolívia e dos bolivianos no Brasil - revela, portanto, que há desafios importantes a serem enfrentados de ambos os lados da fronteira. São desafios perenes que entrelaçam cada vez mais interesses e relações diplomáticas, com complexas dinâmicas políticas e de governança local.



⁵⁷ Há uma controvérsia quanto a aplicação de uma lei boliviana que impediria estrangeiros de possuir terras a menos de 50 km da fronteira. Como a lei nem sempre é cumprida, há certa insegurança jurídica. Brasileiros - não só proprietários de terras, mas também a empresa EBX - já foram alvos de ameaças e despejos em algumas ocasiões. Para uma análise jurídica contrária ao despejo ver De Albuquerque (2007). Segundo de Albuquerque, os despejos seriam políticos-eleitorais, o que constituiria uma injustiça contra os proprietários brasileiros.

⁵⁸ Ver Carmo (2008).

Considerações finais

Vizinho, parceiro econômico-comercial, cooperante: o Brasil é hoje ator importante em todos os temas de relevância da agenda boliviana. A presença brasileira torna-se fonte de influência e portanto acarreta responsabilidades, simbolizadas não apenas pelo fato do país ser o principal parceiro comercial boliviano, mas pela natureza estratégica das parcerias energéticas, securitárias e em infraestrutura, e pelos crescentes fluxos humanos de ambos os lados da fronteira.

Parte destas responsabilidades advém da interdependência regional. Apesar da integração sul-americana apresentar hoje uma identidade própria, que enfatiza questões sociais e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, ainda subsiste uma série de debates em aberto sobre seus rumos futuros e sobre a concretização dos ideais políticos que a orientam. Muitos destes debates encontram saliência e relevância no contexto boliviano.

Por um lado, questiona-se, desde a sociedade civil, sua capacidade de render bem-estar ao conjunto da população sul-americana. Em outras palavras, questiona-se em que medida o atual modelo de integração estaria orientado predominantemente a um desenvolvimento que privilegia alguns setores em prol do crescimento econômico e em detrimento do meio ambiente e direitos das populações tradicionais. Por outro, não deve-se perder de vista o que significa a integração da região na economia mundial. Se o fantasma da Alca – Área de Livre-Comércio das Américas – parece ficar no passado, um modelo voltado para exportação de commodities e exploração de recursos naturais, com uma crescente aproximação da economia chinesa e baseado em assimetrias entre os países da região também pode apresentar riscos a longo prazo.

Assim, impõe-se o desafio de fortalecer economicamente a região para que esta se insira de maneira competitiva na economia global, sem desconsiderar a necessidade e a potencialidade sul-americana de criar modelos alternativos que respeitem os direitos e diversidade de suas populações, promovam a justiça social e façam frente aos emergentes desafios provocados pelas mudanças climáticas.

A posição brasileira é parte fundamental da resposta a esse desafio. O governo brasileiro e a nova gestão de Dilma Rousseff vêm

sendo cobrados para retomar o ímpeto do projeto de integração. Nesse sentido, o perigo de promover ações que aprofundem assimetrias dentro do continente (e no interior de cada Estado) não deve ser desconsiderado, tanto no que diz respeito à tendência expansionista do capital brasileiro na América do Sul, como na necessidade de facilitar outros instrumentos que financiam o desenvolvimento da região, para além dos atuais protagonistas (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Corporação Andina de Fomento, Banco Mundial e BNDES). Hoje as alternativas no papel – seja no âmbito do Banco do Sul, seja no futuro Banco dos BRICS – são por demais incertas. É certo, no entanto, que a questão do financiamento do desenvolvimento revela algumas das contradições que o Brasil deverá equacionar para firmar seu papel de parceiro e vizinho solidário e não como o grande irmão “sub-imperialista”.

Por outro lado é necessário também considerar os interesses e contextos político e econômicos da Bolívia nessa relação. O polêmico caso da estrada Villa Tunari-San Ignacio Moxos é um bom exemplo dessa complexidade: o traçado da estrada faz parte de um projeto de integração nacional boliviano com legislação que data da década de 1980, apoiado por setores da base do atual governo e que visa facilitar a exploração do petróleo e outras jazidas minerais do território. Além disso, representa a convergência de modelos neodesenvolvimentistas apoiados por ambos Estados.

Mesmo com a melhora da performance dos indicadores econômicos na última década, na Bolívia persistem profundos desafios relacionados ao desenvolvimento nacional. O recente crescimento econômico do país, fortemente concentrado na exportação de bens primários, não foi acompanhado por um movimento de reestruturação e diversificação produtiva. Ainda, apesar na melhora dos índices de pobreza, a maior parte da força trabalhadora encontra-se no setor informal e o sistema de proteção social é pouco presente; o sistema público de saúde sobrevive com dificuldades e o sistema educacional apresenta dificuldades estruturais como, por exemplo, no que se refere à formação de seus profissionais.

Assim, a cooperação horizontal tem o potencial de converter-se em pauta estratégica, que viabilize um desenvolvimento inclusivo e mútuo. Entretanto, com exceção de alguns setores, não há

indícios empíricos ou discursivos que apontem para uma estratégia consolidada e compartilhada – por parte do Estado brasileiro – sobre o papel da cooperação brasileira no projeto de integração sul-americana. Soma-se a essa situação, uma tendência de redução do investimento da cooperação brasileira em geral, que já é bastante restrita no caso da Bolívia.

Entender melhor o que significa o papel da cooperação técnica em um projeto de integração reforça a demanda, por parte de distintos

setores nacionais, de maior participação na política externa brasileira (através, por exemplo, de um Conselho Nacional de Política Externa) e maior coerência entre as diferentes políticas. Por um lado, evidencia-se o risco do modelo atual de reforçar de maneira desbalanceada alguns setores ou interesses presentes nos países parceiros e com isso aprofundar desigualdades. Por outro, enfatiza-se a necessidade de debate sobre uma política pública de cooperação, que aumente o diálogo social na construção de projetos democráticos.

Anexo 1. Ações de Cooperação da ABC.

Ações da ABC	Duração	Implementador / Parceiros	Setor
Ativos			
Fortalecimento do Sistema de Recursos Genéticos do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	agosto de 2010 a dezembro de 2016	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	Agricultura
Amaz sem Fogo - Programa de Cooperação Trilateral "AMAZÔNIA SEM FOGO" em Favor da Bolívia	dezembro de 2010 a dezembro de 2016	Ministério do Meio Ambiente - MMA; Corporação Andina de Fomento - CAF; Direção Geral da Cooperação Italiana da Embaixada da Itália	Meio Ambiente
Construção de estratégias públicas para o desenvolvimento rural do Norte Amazônico da Bolívia com foco na promoção da agricultura familiar e do extrativismo	maio de 2011 a dezembro de 2016	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	Agricultura
Apoio ao estabelecimento de instituição nacional de abastecimento interno na Bolívia	maio de 2011 a dezembro de 2016	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	Agricultura
Fortalecimento do Sistema de Informações Agropecuárias da Bolívia	maio de 2011 a dezembro de 2016	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	Agricultura
Curso Internacional de Capacitação Em Sistemas de Tecnologia Agroflorestal	setembro de 2011 a dezembro de 2016	EMBRAPA - Amazônia Oriental; Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA	Agricultura
Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos	julho de 2012 a julho de 2016	Agência Nacional de Águas - ANA; Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA	Meio Ambiente
Concluídos			
Capacitação de Funcionários do Instituto Nacional de Laboratórios de Salud (INLASA) da Bolívia sobre o Processo de Produção de Velas de Andiroba	abril de 2010 a abril de 2014	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS; Instituto Nacional de Laboratórios de Salud (INLASA)	Saúde
Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos para a Gestão das Culturas.	abril de 2010 a dezembro de 2014	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Ministério da Cultura (Brasil) - MinC	Cultura

Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano	outubro de 2009 a março de 2014	Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/MS	Saúde
Fortalecimento da Gestão Pública Florestal	junho de 2009 a janeiro de 2014	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Meio Ambiente
Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Comando e Estado Maior (ECEME)	fevereiro de 2013 a dezembro de 2013	Exército brasileiro	Defesa
Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Formação de Oficiais (AMAN) 4º ano	janeiro de 2013 a dezembro de 2013	Exército Brasileiro - EXBR; Ministério da Defesa do Brasil - MD	Defesa
Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Vôo de Aeronave e Transporte	dezembro de 2012 a janeiro de 2014	Exército brasileiro	Defesa
Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Pilotos e Mecânicos de Helicóptero	outubro de 2012 a março de 2013	Exército brasileiro	Defesa
Fortalecimento e Capacitação na Área de Saúde, Nutrição, Cidadania e Educação na Bolívia	abril de 2012 a fevereiro de 2013	Pastoral da Criança - PC; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB	Desenvolvimento Social
Curso sobre planejamento e gestão integrada de recursos hídricos	março de 2012 a junho de 2012	Secretaria de Recursos Hídricos - MMA/SRH	Meio Ambiente
Visita Técnica para apoio ao treinamento de líderes de Instituições Sociais da Bolívia	janeiro de 2012 a julho de 2012	Instituto Elos	Desenvolvimento Social
Missão técnica para apoio ao registro e ao financiamento em agricultura familiar	agosto de 2011 a novembro de 2011	Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA)	Agricultura
Apoio à Elaboração do Plano de Infraestrutura do Setor Postal da Bolívia	julho de 2011 a setembro de 2011	Correios	Comunicações
Missão para Apoio Técnico à Implementação do Seguro Agrário Universal Boliviano	março de 2011 a junho de 2011	Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA)	Agricultura

Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Curso Avançado de Inteligência para Oficiais	março de 2011 a setembro de 2011	Exército brasileiro	Defesa
Peixes Amazônicos-Povo Amazônico	outubro de 2010 a fevereiro de 2011	Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais - IARA; Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA; Canadian International Development AID	Meio Ambiente
V Curso Internacional de Capacitação em Tecnologias Agroflorestais	outubro de 2010 a dezembro de 2010	Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA; Consórcio Iniciativa Amazônica - IA; Centro Mundial Agroflorestal - ICRAF	Agricultura
Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Auxiliar Comunicação Social)	setembro de 2009 a fevereiro de 2011	Exército brasileiro	Defesa
Fortalecimento da Atenção Integral e Vigilância Epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia	dezembro de 2009 a dezembro de 2011	Ministério da Saúde - Secretaria de Políticas de Saúde - Cn de Dst/aids - MS/DST-AIDS	Saúde
Capacitação de técnicos bolivianos para o uso de ferramentas de cadastro e georreferenciamento de imóveis rurais	novembro de 2009 a janeiro de 2011	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Agricultura
Contribuição ao Desenvolvimento de Políticas e Programas Nacionais de prevenção e eliminação das piores formas de Trabalho Infantil na Bolívia	outubro de 2009 a junho de 2012	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Organização Internacional do Trabalho - OIT	Trabalho e Emprego
Fortalecimento do Sistema de Sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAP)	outubro de 2009 a dezembro de 2013	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura
Capacitação em Segurança e Saúde no Trabalho e em Programas de Emprego	setembro de 2009 a novembro de 2009	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Trabalho e Emprego
Transferência da Metodologia do Projeto Rondon para Instituição de Ensino Superior da Bolívia	abril de 2009 a junho de 2009	Associação Nacional dos Rondonistas - ANR	Educação
Apoio ao Programa Multisetorial Desnutrição Zero	dezembro de 2008 a novembro de 2010	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	Desenvolvimento Social
Apoio ao desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano	julho de 2008 a maio de 2009	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	Educação

Reunião de Implementação do Comitê Intergovernamental do Programa "Apoio Técnico à Implantação da Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite Humano"	junho de 2008 a julho de 2008	Ministério da Saúde - MS	Saúde
II Curso Intenacional de Treinamento para capacitação em Tecnologia Agroflorestal - TCTP	outubro de 2007 a março de 2008	Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental 3 - EMBRAPA/CPATU	Meio Ambiente
Intercâmbio de conhecimentos na área de segurança alimentar e nutricional	julho de 2007	EMBRAPA Sede - EMBRAPA	Desenvolvimento Social
Treinamento de Militares Sul- Americanos no Âmbito de defesa	maio de 2007 a maio de 2009	Exército brasileiro	Defesa
Missão para treinamento de técnicos agrônomos bolivianos em produção e comercialização de café	abril de 2007 a maio de 2007	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	Agricultura
Apoio à criação de uma Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária na Bolívia	abril de 2007 a abril de 2009	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Agricultura
Cultivo do palmito em Chapare - implantação do projeto piloto	março de 2007 a maio de 2007	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC	Agricultura
Missão para fortalecimento da cooperação técnica entre as instituições responsáveis pela área dos transportes rodoviários no Brasil e na Bolívia	março de 2007	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT	Transportes
Apoio à Administração do Trabalho: Estrutura e Gestão da Inspeção do Trabalho	fevereiro de 2007 a fevereiro de 2009	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Trabalho e Emprego
Apoio à Administração do Trabalho: Programas em matéria de Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária - Fortalecimento das Instituições	fevereiro de 2007 a fevereiro de 2009	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	Trabalho e Emprego
Curso Internacional de Treinamento para Capacitação em Tecnologia Agroflorestal - TCTP	dezembro de 2006 a março de 2007	Embrapa Meio-Norte - Embrapa - CPAMN	Meio Ambiente
Capacitação em Solução de Controvérsias na OMC	dezembro de 2006	Coordenação Geral de Contenciosos do Ministério das Relações Exteriores - CGC/MRE	Administração Pública

Capacitação em Avaliação da Conformidade	dezembro de 2006 a janeiro de 2007	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO	Indústria e Comércio
Capacitação sobre cultivo do Palmito (<i>bactris gasipaes</i>) em Chapare -Fase Final	novembro de 2006 a dezembro de 2006	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC	Agricultura
Estruturação do Centro de Referência para Queimados em La Paz	novembro de 2006 a maio de 2008	Universidade Gama Filho - UGF	Saúde
Intercâmbio de Conhecimentos na Área de Educação Profissional e Tecnológica entre os Países Partes e Associados do Sistema Educacional do Mercosul	outubro de 2006 a janeiro de 2007	Ministério da Educação - MEC	Educação
Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga	setembro de 2006 a maio de 2008	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Agricultura
Assessoria à Pastoral da Criança na Bolívia	outubro de 2005	Pastoral da Criança - PC	Desenvolvimento Social
Prevenção e controle de DST/HIV/AIDS na Bolívia	abril de 2003 a abril de 2004	Ministério Britânico de Desenvolvimento Internacional - DFID; Organização Panamericana de Saúde - OPAS; Organização Mundial da Saúde - OMS; Programa nacional de DST/AIDS	Saúde
Legislação dos recursos hídricos	abril de 2003 a abril de 2004	Agência Nacional de Águas - ANA	Meio Ambiente
Projeto sistema eletrônico de contratações estatais	abril de 2003 a abril de 2004	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MPOG	Administração Pública
Controle do bicudo-do-algodoeiro e caracterização de área de praga.	fevereiro de 2002 a dezembro de 2003	Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal - DDIV/Mapa	Agricultura
Gestão integrada de recursos hídricos na alta bacia do rio Paraguai	janeiro de 2002 a dezembro de 2003	Agência Nacional de Águas - ANA	Meio Ambiente
Capacitação e transferência de tecnologia de cultivo do Palmito (<i>Bactris Gasipaes</i>) em Chapare	janeiro de 2002 a dezembro de 2003	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC	Agricultura

Apoio ao programa nacional de erradicação da febre aftosa	janeiro de 2002 a dezembro de 2003	Departamento de Defesa Animal-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DDA/MAPA	Saúde
Capacitação e transferência de tecnologia de cultivo e processamento de frutas tropicais em chapare e Yungas de La Paz	janeiro de 2002 a dezembro de 2003	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Alimentos; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB	Agricultura
Transferência de tecnologia para apoiar a competitividade do circuito produtivo do café na região dos Yungas	novembro de 2001 a novembro de 2005	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG; Universidade Federal de Viçosa - UFV	Agricultura
Sistema de alerta e monitoramento de incêndios florestais	novembro de 2001 a junho de 2003	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	Meio Ambiente
Manejo de fauna silvestre	novembro de 2001 a novembro de 2005	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Meio Ambiente

Agradecimentos

Cecília Córdova, Christian Aid – Bolívia

Gerardo Cerdas, Ibase - Brasil

Javier Gómez, Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA) - Bolívia

Marina Biancalana, Economista - Brasil

Werner Hernani-Limanino, Fundación Aru - Bolívia

Bibliografia

Almeida, C. M., Campos, R. P., Buss, P. B., & Ferreira, J. R. (2010). A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 4 (4), 25-35.

Agência Brasileira de Cooperação. (n.d.). Cooperação Sul-Sul, Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de Agência Brasileira de Cooperação: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Bolivia>

Agência Brasileira de Cooperação. (2014). Pesquisa de Projetos. Acesso em Dezembro 2014, de Agência Brasileira de Cooperação: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>

Albuquerque, R. C. (2007). A situação jurídica dos emigrantes brasileiros na Bolívia. *Revista de Informação Legislativa*, 44 (174), 241-258.

Amato, F. (2014, 15 de abril). TCU vai investigar pagamento de US\$ 434 milhões à Bolívia pela Petrobras. Acesso em Dezembro 2014, de G1: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/tcu-investiga-pagamento-pela-petrobras-de-us-434-mi-bolivia.html>

APEX. (2014). Estudo Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de APEX: http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/bolivia_20140618170421.pdf

Badin, M. R. (2014, 23 de dezembro). Integração e acordos de comércio: o divórcio e seus novos órfãos. Acesso em Dezembro 2014, de Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/integracao-e-comercio-o-divorcio-e-seus-novos-orfaos-5741.html>

Banco Mundial. (2014). Global Economic Prospects Latin America and the Caribbean. Acesso em Dezembro 2014, de Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects/regional-outlooks/lac#2>

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2004, 09 de julho). BNDES e República Boliviana firmam acordo para intensificar exportações de bens e serviços. Acesso em Dezembro 2014, de BNDES: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20040709_not847.html

Bandeira, M. (1998). A Guerra do Chaco. *Revista brasileira de política internacional*, 41 (1), 162-197.

Baptista, R. D., & Giuliana, P. S. (2010). La cultura y la internacionalización de empresas: una mirada sobre Petrobras en Bolivia. *Contextualizaciones Lationamericanas*, 6 (10), 1-8.

Barbosa, R. (2014, 09 de setembro). Por uma política externa de resultados. Acesso em Dezembro 2014, de Estado de São Paulo: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,por-uma-politica-externa-de-resultados-imp-,1557082>

- Beghin, N. (2012). *Presente e Futuro: Tendências na Cooperação Internacional Brasileira e o Papel das Agências Ecumênicas*. Brasília: INESC e Christian Aid.
- Bertolli, E. (2005, 01 de Dezembro). Doação brasileira de remédios anti-Aids alcança sete países. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S. Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90047.shtml>
- Brasil. (2010). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*. Brasília: IPEA/ABC.
- _____. (2013). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010*. Brasília: IPEA/ABC.
- _____. (2014). Indicadores econômicos da Bolívia no comércio exterior. Acesso em Dezembro 2014, de Brasilexport: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDBolivia.pdf>
- Caixa Econômica Federal. (2014, 04 de abril). Caixa e Prefeitura de São Paulo assinam acordo para bancarização de imigrantes de países do Mercosul. Acesso em Dezembro 2014, de Caixa Econômica Federal http://www1.caixa.gov.br/imprensa/noticias/asp/popup_box.asp?codigo=7013237
- Calixto, F. M., Loureiro, J. S., Garcia, C. E., & Simões, O. (2012). Pró-saúde: uma resposta para a necessidade de informações de mães imigrantes na região central da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 36 (2), 223-227.
- Camargo, A. J. (2006). *Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales*. Brasília: FUNAG.
- Carcanholo, M. D. (2011). O Banco do Sul – Arquitetura Institucional e Processo de Negociação dentro de uma Estratégia Alternativa de Desenvolvimento na América do Sul. In A. R. Viana, P. S. Barros, & A. B. Calixtre, *Governança Global e Integração da América do Sul* (pp. 247-282). Brasília: IPEA.
- Carmo, M. (2008, 13 de setembro). Bolívia: Produtor brasileiro de soja teme invasões de terras. Acesso em Dezembro 2014, de BBC Brasil: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080913_boliviasojamc.shtml
- Castro, L. d. (2011). *Escravos do Século XXI*. Acesso em Dezembro 2014, de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=D2TbuielW1k>
- CEBRAP. (n.d.). Observatório da Política Externa na Imprensa. Acesso em Abril 2015, de CEBRAP: <http://beta.cebrap.org.br/v3/index.php?r=observatorio>
- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. (2013, 22 de outubro). Festival Soy Latino terá uma tenda sobre bancarização para imigrantes. Acesso em Dezembro 2014, de Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante: <http://www.cdhic.org.br/?p=1414>
- Cervo, A. L., & Bueno, C. (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB.
- Colque, G. (2012, janeiro). Extranjerización de la Tierra. Acesso em Janeiro 2015, de Fundación Tierra: http://www.ftierra.org/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=30&cf_id=52
- Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. (2011, 29 de setembro). Ref. – Preocupações diante da Nota de Imprensa N° 345 “Situação na Bolívia”. Acesso em Dezembro de 2014 http://dhpoliticaexterna.org.br/docs/2011/CartaCBDHPE_NotaMRESituacaoBolivia_290911.pdf

Conectas Direitos Humanos. (2014). Desenvolvimento para as pessoas? O Financiamento do BNDES e os Direitos Humanos. São Paulo: Conectas Direitos Humanos.

Defesanet. (2012, 14 de setembro). Brasil doará helicópteros à Bolívia para vigiar fronteira. Acesso em Dezembro 2014, de Defesanet: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/7744/brasil-doara-helicopteros-a-bolivia-para-vigiar-fronteira>

Derecho, Ambiente y Recursos Naturales. (2013, 02 de abril). Sistematização de informações sobre projetos na Região Amazônica financiados pelo BNDES com implicações na deflorestação. Brasília. Acesso em Dezembro 2014, de APublica: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/11/BNDES-proyectos-financiados-en-la-Amazonia-DAR-Portugues.pdf>

Estado de São Paulo. (2011, 14 de junho). A trapaça boliviana. Opinião. Acesso em Dezembro 2014, de Estado de São Paulo: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-trapaca-boliviana-imp-,731987>

Estado de São Paulo. (2006, 18 de novembro). Brasil tem atitude passiva com Bolívia, diz Agripino. Acesso em Dezembro 2014, de Estado de São Paulo: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-atitude-passiva-com-bolivia-diz-agripino,20061118p59494>

Estado de São Paulo. (2006, 03 de maio). Editorial. A Capitulação do Planalto. Acesso em Dezembro 2014, de PSDB: <http://www.psd.org.br/a-capitulacao-do-planalto-editorial-do-estadao/>

Fagundes, Á., & Fagundes, I. (2015, 02 de fevereiro). Remessas de estrangeiros têm maior alto em 7 anos e supera US\$ 1 bilhão. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S. Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1590793-remessa-de-estrangeiros-tem-maior-alta-em-7-anos-e-supera-us-1-bilhao.shtml>

Filho, E. T. (2002). O Gasoduto Brasil-Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado. Revista do BNDES, 9 (17), 99-116.

Folha de São Paulo. (2012, 01 de julho). Mais da metade da cocaína no Brasil tem 'DNA' boliviano. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S. Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/52034-mais-da-metade-da-cocaina-no-brasil-tem-dna-boliviano.shtml>

Fonseca, B., & Mota, J. (2013a, 28 de novembro). BNDES, para exportação. Acesso em Dezembro 2014, de Agência Pública: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>

Fonseca, B., & Mota, J. (2013b, 28 de novembro). Pan-Amazônia à brasileira. Acesso em Dezembro 2014, de Agência Pública: <http://apublica.org/2013/11/pan-amazonia-a-brasileira/>

Fuser, I. (2011). Conflitos e contratos – A Petrobrás, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010). Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP.

Fuser, I. (2013). O mito da generosidade: contradições da política externa brasileira no contexto da nacionalização do gás natural boliviano. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. Londrina: UEL.

Gaier, R. V., & Lorenzi, S. (2013, 09 de abril). Petrobras deve renovar o contrato de gás natural com Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de Exame.com: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/petrobras-deve-renovar-o-contrato-de-gas-natural-com-bolivia>

Garcia, A. S. (2011). BNDES e a Expansão Internacional de Empresas com sede no Brasil. Acesso em Dezembro 2014, de Plataforma BNDES: <http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/11-analises-dodesenvolvimento>

- Gazeta do Povo. (2012, 04 de maio). Passividade com as estatizações. Acesso em Dezembro 2014, de Gazeta do Povo - Editorial: <http://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/passividade-com-as-estatizacoes-2mz12lhlp47srpd9t4es1yfd>
- Giraldi, R. (2013, 01 de julho). Secretaria convoca reunião de urgência para discutir situação dos bolivianos no Brasil. Acesso em Dezembro 2014, de Empresa Brasil de Comunicação: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-01/secretaria-convoca-reuniao-de-urgencia-para-discutir-situacao-dos-bolivianos-no-brasil>
- Hirst, M. (2013, Setembro). A Presença do Brasil na Bolívia: Diálogo Político, Vínculos Econômicos e Cooperação Horizontal. Acesso em Dezembro 2014, de IPEA: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19859
- Hirst, M. (2012, Janeiro). Aspectos Conceituais e Práticos da Atuação do Brasil em Cooperação Sul-Sul: Os Casos de Haiti, Bolívia e Guiné Bissau. Acesso em Dezembro 2014, de IPEA: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15146
- Illes, P., Timóteo, G. L., & Fiorucci, E. d. (2008, julho-dezembro). Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu* (31), pp. 199-217.
- Israel, E. (2013, 21 de janeiro). Bolívia indenizará OAS por anulação de contrato de US\$415 mi—BNDES. Acesso em janeiro 2015, de Reuters Brasil: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE90K06220130121?pageNumber=2&virtualBrandChannel=0>
- Jimenez, G. (2011, 27 de novembro). La carretera Villa Tunari-San Ignacio de Moxos ¿A quién beneficia? Acesso em Dezembro 2014, de CEDIB: <http://www.cedib.org/publicaciones/la-carretera-villa-tunari-san-ignacio-de-moxos-%C2%BFa-quien-beneficia-petropress-27-noviembre-2011/>
- Korosi, S. (2013, Abril). *Romancing the road: The Villa-Tunari - San Ignacio de Moxos Highway*. Dissertação de Mestrado. Kingston, Ontario, Canada: Queen's University.
- Leite, I. C., Suyama, B., Waisbich, L., & Pomeroy, M. (2014). *Brazil's Engagement in International Development Cooperation: the state of the debate*. Sussex: Institute of Development Studies.
- Lima, M. R. (2013). Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 167-201.
- Madi, M. C., Cassanti, A. C., & Silveira, C. (2009, abril-junho). Estudo das representações sociais sobre gestação em mulheres bolivianas no contexto da atenção básica em saúde na área central da cidade de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 67-71.
- Magalhães, M. (2014, 06 de setembro). Aprovação de novo embaixador na Bolívia depende de informações sobre fuga de senador. Acesso em Dezembro 2014, de Senado Notícias: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/08/12/aprovacao-de-novo-embaixador-na-bolivia-depende-de-informacoes-sobre-fuga-de-senador/>
- Maisonave, F. (2008, 11 de dezembro). Ameaçada na Bolívia, Queiroz Galvão transfere contrato para OAS. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S.Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft112200809.htm>

Maisonave, F., & Landim, R. (2014, 10 de agosto). Petrobras vai pagar U\$434 mi extras por gás natural boliviano. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S. Paulo:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/181334-petrobras-vai-pagar-us-434-mi-extras-por-gas-natural-boliviano.shtml>

Maisonave, F., & Sedeh, V. (2007, 21 de setembro). Bolívia sequestra bens da Queiroz Galvão no país. Acesso em Dezembro 2014, de Folha de S. Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2109200734.htm>

Martins, L. C., & Kempfer, M. (2013). Trabalho escravo urbano contemporâneo: o trabalho de bolivianos nas oficinas de costura em São Paulo. *Revista do Direito Público*, 8 (3), 77-102.

Meira, R. S. (2009, maio). Brasil, Bolívia, Hidrocarbonetos e o processo de integração energética na América do Sul. Dissertação de Mestrado. Brasília, DF, Brasil: UnB.

Milani, C. R., Muñoz, E. E., Duarte, R. d., & Klein, M. (2014). Atlas da política externa brasileira. Buenos Aires e Rio de Janeiro: Clacso e EDUerj.

Ministério das Relações Exteriores. (n.d.). Estado Plurinacional da Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4870:estado-plurinacional-da-bolivia&catid=155:ficha-pa%C3%ADs&Itemid=478&lang=pt-BR

Ministério das Relações Exteriores. (2011, 29 de novembro). Nota: Situação na Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de Ministério das Relações Exteriores:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2762&catid=42&Itemid=280&lang=pt-br

Ministério das Relações Exteriores. (2015). Relações bilaterais com o Estado Plurinacional da Bolívia. Acesso em Janeiro 2015, de Ministério das Relações Exteriores:

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4870:estado-plurinacional-da-bolivia&catid=155:ficha-pa%C3%ADs&Itemid=478&lang=pt-br

Molina, F. (2006). *Morales y el retorno de la izquierda nacionalista*. La Paz: Eureka.

Murakawa, F. (2014, 08 de outubro). Relações Brasil-Bolívia estão estagnadas. Acesso em Dezembro 2014, de Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/brasil/3726378/relacoes-brasil-bolivia-estao-estagnadas>

Murakawa, F. (2015, Abril 24). Brasil negocia hidrelétrica binacional com a Bolívia . Acesso em Abril, 2015, de Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/internacional/4019624/brasil-negocia-hidreletrica-binacional-com-bolivia>

O Estado de S. Paulo. (2013, 05 de maio). Pela 1a vez, bolivianos superam japoneses e italianos na capital. Acesso em Dezembro 2014, de O Estado de S. Paulo:

<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-bolivianos-superam-japoneses-e-italianos-na-capital-imp-,1028530>

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. (2014). Transparência. Acesso em Dezembro 2014, de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: <http://otca.info/portal/transparencia.php?p=otca>

Organização Internacional do Trabalho. (2013). Contribuição Brasileira para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT: Panorama 2011-2013. OIT.

Organização Internacional do Trabalho. (2014). OIT. Contribuição Brasileira para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT: Panorama 2013-2014. OIT.

Overseas Development Institute. (2010). Bolivia: case study for the MDG gap task force report. Londres: Overseas Development Institute.

Partido da Social Democracia Brasileira. (2013, 22 de abril). Álvaro Dias critica covardia e cumplicidade do governo em relação aos brasileiros presos na Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de Partido da Social Democracia Brasileira:

<http://www.psdb.org.br/alvaro-dias-critica-covardia-e-cumplicidade-do-governo>

Partido da Social Democracia Brasileira. (2006, 14 de setembro). Almeida critica passividade do governo com Bolívia. Acesso em Dezembro 2014, de Partido da Social Democracia Brasileira: <http://www.psdb.org.br/almeida-critica-passividade-do-governo-com-bolivia/>

Pasqualino, B. (2014, 10 de outubro). Brasil tem 45 mil bolivianos aptos a votar nas eleições presidenciais de domingo. Acesso em Janeiro 2015, de Empresa Brasileira de Comunicação:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/brasil-tem-45-mil-bolivianos-aptos-votar-nas-eleicoes-presidenciais-de>

Pereira, R. (2010, 02 de julho). O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. Para compartilhar este conteúdo, utilize o link:<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,pais-perde-r-7-bi-em-acordos-regionais,25860e>. Acesso em Janeiro 2015, de Estadão: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,pais-perde-r-7-bi-em-acordos-regionais,25860e>

Plataforma BNDES. (2011a, 29 de setembro). BNDES ignora alertas sobre obras em áreas indígenas na Bolívia. Acesso em Janeiro de 2015, de INESC:

<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/setembro/bndes-ignora-alertas-sobre-obras-em-areas-indigenas-na-bolivia>

Plataforma BNDES. (2011b, 03 de outubro). O BNDES é (co)responsável pelos conflitos na Bolívia. Acesso em Janeiro de 2015

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/501475-o-bndes-e-%28co%29responsavel-pelos-conflitos-na-bolivia>

Rede Brasileira pela Integração dos Povos. (2011, 23 de maio). Em Defesa dos Rumos Atuais da Política Externa Brasileira. Acesso em Janeiro 2015, de REBRIP: <http://rebrip.org.br/publicacoes/2/declaracoes-e-notas>

Repórter Brasil. (2012, 12 de julho). Especial: flagrantes de trabalho escravo na indústria têxtil no Brasil. Acesso em Janeiro 2015, de Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>

Repórter Brasil. (2010, 17 de março). Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confeccões. Acesso em Janeiro 2015, de Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2010/03/pacto-contr-a-precarizacao-e-pelo-emprego-e-trabalho-decentes-em-sao-paulo-cadeia-produtiva-das-confeccoes/>

Rizek, C. S., Georges, I., & Silva, C. F. (2010). Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina. *Lua Nova*, 111-142.

Schreiber, M. (2015a, 22 de janeiro). Dilma prestigia posse de Evo Morales e busca melhorar relações com Bolívia. Acesso em Janeiro 2015, de BBC Brasil: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150121_relacoes_brasil_bolivia_rb.shtml

_____. (2015b, 22 de janeiro). Em passagem relâmpago, Dilma é estrela internacional da posse de Morales. Acesso em Janeiro 2015, de BBC Brasil:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150122_dilma_posse_morales_pai.shtml?ocid=socialflow_twitter#share-tools

Sena/FOBOMADE. (2012, 01 de abril). Renace el “regionalismo abierto” cepalino y Unasur remoza la IIRSA. Acesso em Dezembro 2014, de Bolpress: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012040101>

Senado Federal. (2013a). Registro Sessão Plenário. Acesso em Janeiro 2015, de Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/getTexto.asp?s=056.3.54.0&disc=52/2/s>

Senado Federal. (2013b, 28 de maio). Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nº 33 de 2013. Acesso em Janeiro 2015, de Senado Federal: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=112900

Silva, S. A. (2005). A migração dos símbolos diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. São Paulo em Perspectiva, 19 (3), 77-83.

Silva, S. A. (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados, 20 (57), 157-170.

Solón, P. (2008). Reflexiones a mano alzada sobre el Tratado de Unasur. Acesso em Janeiro 2015, de http://www.comunidadandina.org/Upload/20111024181937revista_integracion_2.pdf

Souchaud, S., & Baeninger, R. (2008). Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Revista Brasileira de Estudos de População, 25 (2), 271-286.

Souza, A. d. (2009). A agenda internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.

Souza, A. d. (2014). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Brasília: IPEA.

Terra. (2012, 03 de outubro). Bolívia recebe do Brasil helicópteros doados para luta antidrogas. Acesso em Janeiro 2015, de Terra: <http://noticias.terra.com.br/mundo/bolivia-recebe-do-brasil-helicopteros-doados-para-luta-antidrogas,49b873f2ef6da310VgnCLD200000bbcc eb0aRCRD.html>

Urioste, M. (2011). Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia. La Paz: Fundación Tierra.

USAID. (2014). Fact sheet bolivia. Acesso em Janeiro 2015, de USAID: <http://www.usaid.gov/news-information/fact-sheets/usaid-bolivia>

Varias organizações. (2014). Casos paradigmáticos de inversión del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social de Brasil (BNDES) en Sur América. Necesidad y Oportunidad para Mejorar Políticas Internas. Acesso em Janeiro 2015, de Vigila Amazonia: <http://www.vigilamazonia.com/uploads/files/53ad9f8acad68171378e133bc7b420e7.pdf>

Vedia, J. L. (2011). Procurement, tied aid and country systems in Bolivia. Bruxelas: Eurodad.

Veiga, P. d., & Rios, S. P. (2007). O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL.

Ventura, D. (2013). Saúde pública e política externa brasileira. Revista internacional de direitos humanos, 10 (19), 99-118.

Ventura, D., & Reis, R. R. (2014, 21 de agosto). Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil. Acesso em Dezembro 2015, de Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>

Viana, A. R., Barros, P. S., & Calixtre, A. B. (2011). Governança Global e Integração da América do Sul. Brasília.

Vierecke, L., & Peters, C. (2014, 26 de novembro). Escaping need. Acesso em Janeiro 2015, de D+C Development and Cooperation: <http://www.dandc.eu/en/article/bolivias-social-programmes-have-considerably-reduced-extreme-poverty>

Vigevani, T. (2014, 16 de dezembro). Os impasses da integração regional vistos dos Andes equatorianos. Acesso em Janeiro 2015, de Carta Capital: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/os-impasses-da-integracao-regional-vistos-dos-andes-equatorianos-714.html>

Vigevani, T., & Junior, H. R. (2014). Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. DADOS, 57 (2), 517-552.

Waisbich, L., & Pomeroy, M. (2014). Haiti: Um laboratório de engajamento multisetorial. São Paulo: Observatório Brasil e o Sul.

Xalma, C. (2008). II Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-America. Madrid: SEGIB.